

ACM: "Executivo atrasa as reformas"

GAZETA MERCANTIL

2 OUT 1957

Presidente do Senado diz que governo priorizou o FEF

O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), rebateu ontem crítica do presidente Fernando Henrique Cardoso, de que a reforma tributária está emperrada por culpa do Congresso. Em entrevista à Rádio Jovem Pan, ACM afirmou que o culpado pelo atraso na votação da reforma tributária é o Poder Executivo, informou a agência Globo.

"Como o Governo pegou um colchão como o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), ele acabou deixando a reforma tributária para depois", disse. ACM afirmou também acreditar que agora que o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, apresentou uma proposta de reforma, o projeto deve andar. "O secretário não faria isso se não tivesse a aprovação do ministro da Fazenda, Pedro Malan", afirmou.

Além da reforma tributária, a

administrativa também permanece com freada na Câmara. Ontem, faltou quórum para a realização da sessão da Comissão Especial da Reforma Administrativa. Por isso, ela ficou adiada para a semana que vem a votação da redação final do relatório do deputado Moreira Franco (PMDB-RJ), já aprovado em primeiro turno.

A votação da reforma administrativa na semana que vem, no entanto, não será consensual. O bloco de oposição prepara-se para contestar na Supremo Tribunal Federal (STF) a decisão do relator de considerar que, no primeiro turno de votação, foi mantido o dispositivo do relatório que acaba com o Regime Jurídico Único.

O bloco de oposição entende que o Governo não conseguiu derubar o destaque que mantinha na Constituição o Regime Jurídico

Único. O segundo turno de votação da reforma administrativa, no plenário da Câmara, está marcado para o dia 15 de outubro.

Na semana passada, o ministro do Planejamento e Orçamento, Antônio Kandir, em depoimento à comissão de reforma tributária, na esteira do presidente, afirmou que faltava "vontade política" do Congresso para as reformas. Para ele, as reformas são urgentes, mas se constituem num processo no qual não se pode desconsiderar as condições políticas. "Isso envolve mudanças no pacto federativo", considerou.

Para o ministro da Fazenda, Pedro Malan, a reforma fiscal é a "mais grave" das situações não resolvidas no Brasil. "É a discussão fundamental, envolvendo as relações do governo federal com as unidades da federação e entre as próprias unidades da federação", afirmou.